

O PATINHO FEIO - A APARÊNCIA FÍSICA NA BASE DO PROCESSO DE DISCRIMINAÇÃO

Artur Barata Delgado

Mestre Assistente

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UFP

adelgado@ufp.pt

O conto de Hans Christian Andersen, O Patinho Feio, é pretexto para uma reflexão em que se analisa, primeiro, a utilidade da aparência enquanto fonte de informação no processo de categorização. Segundo, mostra-se a elevada sensibilidade que os humanos revelam relativamente à aparência física. Em seguida discute-se a exactidão da relação, que os estudos sugerem, que se estabelece entre a aparência física e traços de personalidade. Finalmente, consideram-se estratégias de controlo cognitivo que impeçam a activação automática dos estereótipos.

O PATINHO FEIO - A APARÊNCIA FÍSICA NA BASE DO PROCESSO DE ESTEREOTIPAGEM

O talvez mais conhecido conto de Hans Christian Andersen – o Patinho Feio –, agora que se comemora o bicentenário, é pretexto para uma reflexão sobre a questão da aparência física enquanto motivo para a activação de estereótipos que promovem, ora o favorecimento, ora a discriminação caso o seu conteúdo induza à rejeição.

Neste texto vamos abordar brevemente quatro pontos:

1. A utilidade da informação retirada da aparência física;
2. A sensibilidade à aparência física, particularmente ao rosto;
3. Julgamentos de carácter a partir da aparência física;
4. Controlo cognitivo do preconceito.

No conto o “Patinho Feio” há uma questão que sempre nos causou alguma perplexidade: porque é que, de facto, o patinho é rejeitado? Em boa verdade sabemos que o patinho não é feio (e nem sequer é patinho). Não parece também ser rejeitado por ser identificado como pertencendo a um qualquer grupo minoritário e discriminado dentro das relações intergrupais da quinta. A presença do patinho não se pode dizer que active nenhum estereótipo negativo relativamente a um dado grupo. A situação do patinho é em certo sentido bem mais dramática. O Patinho é mais um “ET” com um sério problema de identidade. Ele não sabe quem é e, dramaticamente, ninguém nunca lhe diz quem ele é. Vejam que alguém lhe poderia gritar: “oh cisne, vai lá ter com os teus, não nos aborreças, não pertences aqui, isto não é para ti”, como noutras quintas se diz: “oh preto vai lá para a tua terra, isto é para nós!”. Ainda assim, o Preto sabe que é Preto, e sabe onde estão os iguais a si, para quem pode voltar ao fim do dia, depois de trabalhar para o branco.

O patinho é tragicamente rejeitado por todos os animais de quem tenta aproximar-se. Diferente dos demais que até dada altura encontra, não sabendo que é Cisne, não tem nenhum sentido de pertença a partir do qual possa construir a sua identidade e lançar âncora. De facto, a situação do patinho era mesmo dramática.

O conto de Hans Christian Andersen “O Patinho Feio” é um ótimo texto e pretexto, enquanto metáfora de todas as discriminações, para discutir a questão da rejeição que tem na base a aparência física. Nos quatro pontos seguintes vamos apresentar e discutir alguns dos contributos da Psicologia, sobretudo da Psicologia Social para esta questão.

1. A UTILIDADE DA INFORMAÇÃO RETIRADA DA APARÊNCIA FÍSICA.

Pensamos ser correcto dizer que a qualidade dos estímulos perceptíveis nos movimentos de uma pessoa, assim como na sua aparência proporcionam uma informação útil, muito rica, a que as pessoas parecem ser sensíveis e prestam atenção. Provavelmente prestam mais atenção, ou pelo menos, mais credibilidade, à informação disponibilizada pela aparência física, do que a conteúdos verbalizados.

Aparentemente o que essas qualidades perceptíveis revelam – pelo menos assim parecem ser entendidas – são os recursos individuais, as habilidades, as capacidades e as competências. Alguns grupos, como refere Zebrowitz (1996), são estereotipados apenas na base da sua aparência. – pessoas atraentes, pessoas obesas, pessoas pequenas. A aparência pode, em muitos casos, determinar o conteúdo da categorização e não servir apenas como uma base para a mesma.

A tarefa de categorizar parece ser fundamental para a natureza humana. Ela permite reduzir a complexidade do meio circundante e, a partir daí, dirigir a actividade instrumental de uma forma económica, poupando recursos cognitivos, e tornando o mundo mais estável, explicável e previsível.

Ora, a aparência física é desde logo a primeira fonte de informação a que temos acesso quando entramos em contacto directo com outro. A beleza ou a fealdade, assim como qualidades vocais, são fontes de informação excessivamente ricas e desde logo disponíveis para não serem atendidas e tidas em conta na tarefa constante de interpretar o ambiente em que temos que agir.

2. A SENSIBILIDADE À APARÊNCIA FÍSICA

Existe considerável evidência que indica que as pessoas são altamente receptivas e sensíveis a estímulos e informação proporcionada pela aparência dos outros. As qualidades físicas são tipicamente a primeira coisa a ser referida quando é pedido a alguém para descrever um estranho, ou mesmo amigos ou familiares (Fiske e Cox, 1979).

A dependência na aparência física na descrição dos outros está presente desde a tenra idade, crianças muito jovens baseiam-se quase somente nas qualidades físicas para fazerem os seus julgamentos, ou descreverem as pessoas (Livesley e Bromley, 1973).

Naturalmente, sendo que a aparência física é um aspecto saliente, é aquilo que desde logo aparece, não é de estranhar a sua utilização como uma primeira fonte de informação. Mas, na verdade, parece ser mais do que isso. Por exemplo, as pessoas parecem extraordinariamente competentes no reconhecimento dos rostos humanos. Treinados desde pequenos a reconhecer rostos, a identificar emoções nos rostos – talvez condição para a sobrevivência durante milénios – raramente esquecemos um. Dados empíricos demonstram que 50 anos depois da universidade as pessoas revelavam uma quase total correcção (90%) em identificar rostos que não viam desde esse tempo (Bahrck, Bahrck e Wittlinger, 1975).

Um bebé recém-nascido (com nove minutos) atende a certos movimentos da face, mas não a outros padrões de movimentos (Johnson e Morton, 1991). E com apenas algumas horas é capaz de reconhecer o rosto da mãe, preferindo ver o rosto da mãe ao vivo, ou mesmo num vídeo, do que o rosto de um estranho (Bushnell, Sai e Mullin, 1989).

O facto da aparência física ser tão saliente na percepção social, e das pessoas serem tão sensíveis à mesma contribui para a percepção da pessoa e para os estereótipos grupais.

3. JULGAMENTOS DO CARÁCTER A PARTIR DO ROSTO

Parece que as pessoas não só são sensíveis às qualidades de aparência, mas também julgam perceber disposições comportamentais nessas qualidades. C. Darwin (1958) conta, na sua auto-biografia, uma história que quase lhe custava o embarque no navio onde acabou por proceder às suas descobertas. O capitão desse navio estava convencido que era capaz de julgar o carácter de um homem pelo perfil e ele duvidava que alguém com o nariz de Darwin não poderia ter a energia e a determinação para empreender uma viagem tão longa e difícil. Esta tendência de julgar o “livro pela capa” não é caso único deste capitão. A leitura do rosto e da fisionomia persiste desde tempos antigos (e.g., Aristóteles, Confúcio), até ao presente, tendo tido um especial impulso através do livro *Essays on Physiognomy* de Lavater (cit por Zebrowitz, 1996), cuja primeira edição foi publicada em 1772.

A verdade é que, por exemplo, um estudo entre estudantes universitários revelou que mais de 90% acreditava que o rosto constitui um importante guia do carácter (Liggett, 1974 cit por Zebrowitz, 1996).

Uma das consequências da relação entre a aparência facial e as impressões de personalidade é que pessoas fisicamente parecidas são percebidas como tendo traços de personalidade semelhantes, e aqueles que parecem diferentes são percebidos como tendo diferentes traços de personalidade.

Os rostos influenciam a percepção dos motivos da pessoa, assim como dos seus traços de personalidade (Goldstein, Chance e Gilbert, 1984). E isso acontece, mesmo entre pessoas da mesma raça, sexo ou idade, ou seja não reflecte meramente os estereótipos sexuais, raciais ou de idade

Algumas evidências apontam que mesmo categorias estereotipadas derivam das variações físicas. Por exemplo, a medida em que homens e mulheres acreditam possuir atributos sexualmente estereotipados varia directamente com a masculinidade/feminilidade da sua aparência. Outros estudos mostram que relativamente pequenas diferenças corporais traduzem-se em notáveis diferenças nos estereótipos de personalidade (e.g., Litman, Powell e Stewart, 1983).

Uma outra consequência da relação rosto-traços de personalidade, é que as pessoas com aparências que se desviam substancialmente da média – por exemplo, ter uns olhos muito grandes, uns lábios muito pequenos – também são percebidas como tendo traços de personalidade extremos comparativamente com aqueles com uma aparência mais comum (McArthur e Solomon, 1978). Esta tendência é, aliás, similar à tendência para atribuir às pessoas que são membros de grupos sociais salientes características extremas.

Qual é, todavia, a realidade da relação entre a aparência física e os traços de personalidade? Alguns estudos, na verdade, identificam um grande acordo entre juizes na classificação de traços, realizadas na base de breves exposições a alvos físicos. Este efeito ocorre primariamente para julgamentos de extroversão e conscienciosidade – duas das dimensões dos “Cinco Grandes” (e.g., Albright, Kenny e Malloy, 1988; Berry, 1990; Kenny, Albright, Malloy, e Kashy, 1994)

Outros estudos, também revelam que classificações de estranhos são corroboradas pelas classificações dos próprios alvos assim como de conhecidos dos alvos. Aparentemente a relação aparência física - traços de personalidade também tem sido demonstrada pela congruência das classificações de terceiros e dos próprios com as pontuações de inventários de personalidade do alvo (e.g., Berry, 1990; Bond, Berry e Omar, 1994).

É possível, pois, que exista de facto alguma relação entre alguns aspectos da aparência e traços de personalidade. Cada pessoa também é a sua aparência física, isso não é distinto dela. Mas possivelmente também se verificam fenómenos de super generalização de qualidades que aparecem e que são salientes.

Em todo o caso, nada justifica a estigmatização das aparências físicas desviantes, estejamos a falar da obesidade, da deficiência, da marginalização dos velhos em virtude do incómodo em lidar com a doença. Parece, de facto, que qualquer estigma adquire um papel central propor-

cionado as bases para um grande número de atribuições globais e irracionais. Como refere Archer (1985), tendemos a atribuir uma grande variedade de imperfeições a partir de uma (suposta imperfeição) que aparece. Particularmente, nos casos dos desvios físicos, frequentemente verifica-se que uma única incapacidade se torna penetrante, como que infectando todas as outras competências, capacidades e fazendo-se a partir delas atribuições de personalidade – fala-se devagar com um gago como se ele também tivesse problemas de compreensão.

4 CONTROLO COGNITIVO DO PRECONCEITO

Que possibilidades temos de deixar de ver o “livro pela capa”? Infelizmente, aparentemente poucas. Diversos estudos mostram que a activação automática dos estereótipos é fundamentalmente igual e inevitável quer os sujeitos sustentem alto ou baixo nível de preconceitos. Na ausência de processos de controlo dos estereótipos, a activação automática dos estereótipos conduz a respostas congruentes com o mesmo, respostas preconceituosas tanto em sujeitos com alto ou baixo preconceito em termos das crenças pessoais (Brigham, 1972; Crosby, Bromley e Saxe, 1980; Devine, 1989; Dovidio, Evans e Tyler, 1986; Katz, 1976). Isto significaria, que a activação automática dos estereótipos, seria independente das actuais atitudes e crenças dos sujeitos.

No entanto, alguns estudos também parecem mostrar que a existência de processos de controlo podem inibir os efeitos da activação automática quando as implicações de tais processos competem com o objectivo de estabelecer ou de manutenção de uma identidade não preconceituosa (Bargh, 1984; Logan e Cowan, 1984). Mas este não é um processo fácil ou rápido, é muito exigente em termos de recursos cognitivos. Respostas não preconceituosas perante um alvo que active estereótipos, dependem de um processo intencional e controlado, exigindo decisões conscientes.

Provavelmente respostas não automáticas, respostas novas, têm que ser aprendidas com esforço, praticadas para que possam competir – até em termos de acessibilidade cognitiva – com as respostas resultantes da activação automática dos estereótipos.

A inibição de respostas estereotípicas e a sua substituição intencional com respostas não preconceituosas pode ser visto como o romper de um velho mau hábito, que tinha consequências indesejáveis, pelo menos para as pessoas de baixo preconceito (Devine, 1989, p.11).

A eliminação de um mau hábito, requiere essencialmente os mesmos passos que foram dados para a sua aquisição. Assim, a pessoa precisa, primeiro, de decidir parar com o velho hábito; segundo, lembrar-se da sua resolução; terceiro, persistir, repetidamente na elimina-

ção do hábito, e não se convencendo facilmente que o hábito já foi eliminado ou que é fácil de eliminar. Finalmente, desenvolver uma nova estrutura cognitiva que seja consistente e determine novos padrões de resposta.

Na medida em que a estrutura de crenças pessoais fica cada vez mais acessível, mais facilmente surge uma resposta que possa competir e substituir a activação automática dos estereótipos (Devine, 1989, p. 12).

Em suma, no mínimo, o processo de mudanças de atitudes e crenças exige intenção, atenção e tempo. Afinal sempre há esperança para todos os patinhos feios deste mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albright, L., Kenny, D. A., & Malloy, T. E. (1988). Consensus in personality judgments at zero acquaintance. *In: Journal of Personality and Social Psychology*, 55, pp. 387-395.
- Archer, D. (1985). Social Deviance. *In: Lindzey, G. & Arouson, E. (Eds.). The handbook of social psychology*, New York: Randome House, pp. 743-804.
- Bahrack, H. p., Bahrack, P.O., & Wittlinger, R. P. (1975). *In: Fifty years of memory for names and faces: names and faces: A cross-sectional approach. Journal of Experimental psychology*, 104, pp. 54-75.
- Bargh, J. A. (1984). Automatic and conscious processing of social information. *In: Wyer, R. S. Jr., & Srull, T. K. (Eds.). The handbook of social cognition*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, Vol.3. pp.1-43
- Berry, D. S. (1990). Taking people at face value: Evidence for the kernel of truth hypothesis. *In: Social Cognition*, 8, pp. 343-361.
- Bond, C. F. Berry, D. S., & Omar, A. (1994). The kernel of truth in judgments of deceptiveness. *In: Basic and Applied Social Psychology*, 15, pp. 523-534.
- Brigham, J. C. (1972). Racial stereotypes: Measurement variables and the stereotype-attitude relationships. *In: Journal of Applied Social Psychology*, 2, pp. 63-76.
- Bushnell, I. W., Sai, F., & Mullin, J.T. (1989). Neonatal recognition of the mother's face. *In: British Journal of developmental psychology*, 7, pp. 3-15.
- Crosby, F., Bromley, S., & Saxe, L. (1980). Recent unobtrusive studies of black and white discrimination and prejudice: A literature review. *In: Psychological Bulletin*, 87, 546-563.
- Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *In: Journal of Personality and Social Psychology*, 56, pp. 1-14.
- Darwin, C. (1958). *The autobiography of Charles Darwin*. New York: Harcourt, Brace, and Co.
- Dovidio, J. F., Evans, N. E., & Tyler, R. B. (1986). Racial stereotypes: The contents of their cognitive representations. *In: Journal of Experimental Social Psychology*, 22, pp. 22-37.
- Fiske, S. T., & Cox, M. G. (1979). Person concepts: The effect of target familiarity and descriptive purpose on the process of describing others. *In: Journal of Personality*, 47, pp. 136-161.
- Goldstein, A., G., Chance, J. E., & Gilbert, B. (1984). Facial stereotypes of good guys and bad guys: A replication and extension. *In: Bulletin of the Psychonomic Society*, 22, pp. 549-552.
- Johnson, M. H., & Morton, J. (1991). *Biology and cognitive development: The case of face recognition*. Oxford: Blackwell.
- Katz, P.A. (1976). The acquisition of racial attitudes in children. *In: Katz, P. A. (Ed.). Towards the elimination of racism*, New York: Pergamon Press, pp.125-154.
- Kenny, D. A., Albright, L., Malloy, T. E., & Kashy, D. A. (1994). Consensus in interpersonal perception: Acquaintance and the big five. *In: Journal of Personality and Social Psychology*, 116, pp. 245-258.
- Litman, G., Powell, G. E., & Stewart, R. A. (1983). Fine grained stereotyping and the structure of social cognition. *In: The Journal of Social Psychology*, 120, pp. 45-56.
- Livesley, W. J., & Bromley, D. B., (1973). *Person perception in childhood and adolescence*. London: Wiley.
- Logan, G. D., & Cowan, W. G. (1984). On the ability to inhibit thought and action: A theory of act control. *In: Psychological Review*, 91, pp. 295-327.
- McArthur, L. Z., & Solomon, L. K. (1978). Perceptions of an aggressive encounter as a function of the victim's salience and perceiver's arousal. *In: Journal of Personality and Social Psychology*, 36, pp. 1278-1290.
- Zebrowitz, L. A. (1996). Physical appearance as a basis of stereotyping. *In: Macrae, C. N., Stangor, C. & Hewstone, M. (Eds.). Stereotypes & Stereotyping*. New York: The Guilford press, pp. 79-120.